

 [10.58876/rbbd.2023.1911958](https://doi.org/10.58876/rbbd.2023.1911958)

A descrição bibliográfica de livros raros e especiais e as diretrizes consagradas internacionalmente

The bibliographic description of rare and special books and internationally recognised guidelines

Wanessa Oliveira da Silva

Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bibliotecária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: oliveira.obrasraras@eba.ufrj.br

RESUMO

Com o cerne na descrição bibliográfica e nas diretrizes consagradas internacionalmente, este artigo resume o atual modelo do processamento técnico na Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBAOR). Constitui-se em uma reflexão sobre a importância do trabalho especializado e minucioso do bibliotecário de obras raras e especiais, que proporciona aos seus usuários catálogos mais eficazes para busca e recuperação da informação. Objetiva-se contribuir para a otimização das práticas da descrição dos livros raros e especiais, consoantes às necessidades da EBAOR e das demais bibliotecas que salvaguardam acervos de memória. Procura-se com o artigo, entender as normas específicas e a literatura especializada para alcançar um formato ideal, ou próximo, de descrição bibliográfica desses acervos, evidenciando as suas características peculiares. Para o desenvolvimento do artigo utilizou-se uma combinação entre as análises descritiva e explicativa. Foi realizado levantamento e seleção documental, abrangendo as normas de catalogação de livros raros e antigos recomendadas e alicerçadas em fontes oficiais, como o sítio da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA).

Palavras-chave: Descrição bibliográfica. Livros raros. International Standard Bibliographic Description.

ABSTRACT

Based on the bibliographic description and internationally established guidelines, this article summarizes the current model of technical processing in the Rare Works Library of the School of Fine Arts of the Federal University of Rio de Janeiro (EBAOR). It constitutes an important reflection on the specialized and meticulous work of the rare and special works librarian, that provides its users with more effective catalogs for searching and retrieving information. It is intended to contribute to the optimization of rare and special book description practices, in line with the needs of EBAOR and other libraries that safeguard memory collections. This approach seeks to understand the specific standards and specialized literature to achieve an ideal format, or close to it, of bibliographic description of these collections, highlighting their peculiar characteristics. For the article development, a combination of descriptive and explanatory analysis was used. A documentary survey and selection was carried out, covering the cataloging standards for rare and old books recommended and based on official sources, such as the website of the Brazilian Federation of Associations of Librarians, Information Scientists and Institutions (FEBAB) and the International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA).

Keywords: Bibliographic description. Rare books. International Standard Bibliographic Description.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo compartilha um epítome do processo da descrição bibliográfica realizado na Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBAOR) nos últimos cinco anos, assim como, reflexões fundamentadas nos estudos para a segunda versão do Guia de Serviço para Descrição Bibliográfica da EBAOR. Produto da dissertação defendida pela autora: “Proposta para entrada de dados da catalogação de livros antigos na Base Minerva, do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, em 2018, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O Guia configura-se como um instrumento facilitador, de padronização e de registro da atividade de descrição bibliográfica de livros raros e especiais na EBAOR, acordado com as normas específicas consolidadas internacionalmente e pela literatura especializada. O Guia é utilizado no serviço de tratamento técnico na EBAOR em conjunto com o “Manual de Catalogação de Obras Raras da UFRJ”, elaborado pelo Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SIBi-UFRJ).

Tão importante quanto a uniformização da atividade no sistema cooperativo de intercâmbio de dados bibliográficos, é a documentação relacionada ao funcionamento de cada serviço, para registro de memória e manutenção do conhecimento gerado pela Biblioteca. A disponibilidade de documentos guias específicos, subsidiará posteriores profissionais para o seguimento do trabalho e no levantamento da memória das atividades exercidas em cada época na EBAOR.

A EBAOR possui um significativo acervo histórico que se constitui por cerca de seis mil itens, dentre eles, livros raros e especiais impressos entre os séculos XVI e XX, com grande variedade nas suas características intrínsecas e extrínsecas. Diante da percepção da necessidade do tratamento específico, visto sua indispensabilidade para descrever e interpretar esse material, para dar condições de disseminação e acesso, passou-se a empregar na EBAOR o terceiro nível de descrição na catalogação – nível mais detalhado (Código..., 2004).

O terceiro nível de catalogação é composto por uma descrição minuciosa e singular, tornando o catálogo “acessível, compreensível e compatível, em nível de qualidade, com a natureza dos itens que arrola”, potencializando a disseminação dos seus

registros bibliográficos (Pinheiro, 2012). O nível mais completo de descrição segue os princípios bibliológicos fundamentais de Otlet (1934, tradução nossa): dizer tudo de uma coisa; dizer uma vez tudo; a verdade sobre tudo; e dizer do melhor modo para a compreensão de todos.

Tal formato de descrição permite um maior alcance do conhecimento sobre o acervo, o delineamento mais aprofundado de seu histórico (com mais de 200 anos) e para a definição da raridade e importância do mesmo; transformando o catálogo em fonte primária de pesquisa e disseminação do conhecimento.

A descrição adotada pela EBAOR constitui-se, ainda, em um “recurso de preservação e de acesso aplicáveis a obras de significância, de modo a serem conhecidas, identificadas e protegidas, conforme acordos e recomendações internacionais de segurança para obras raras e especiais, também configuradas como obras de arte” (Pinheiro, 2015).

Porém, é importante destacar que a descrição, apesar de não evitar o furto, é recomendada pela Polícia Federal como norma de segurança por corroborar a posse, mediante a personalização daqueles itens, comprovando a propriedade, caso necessário (Pinheiro, 2012). “A determinação das características de um livro é indispensável para reconhecê-lo e identificá-lo” (Otlet, 1934, p. 45, tradução nossa).

Essa descrição se expressa através do exame do item, página a página, arrolando tanto suas informações e características tipográficas “quanto intervenções de mão alheia”, como marcas de consultas, de propriedade e bibliotecárias (Pinheiro, 2015b), dado que, “é impossível pré-determinar as características de um livro raro, porque cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas” (Pinheiro, 2009).

A descrição é uma das etapas do tratamento técnico bibliográfico, complementada pelas entradas principais e secundárias, cabeçalhos de assunto e localização do exemplar. No entanto, a pesquisa ficou limitada à descrição bibliográfica, diante da abrangência da pesquisa e visto que as regras para os pontos de acesso (descrição temática e responsabilidade) já estão estabelecidas na Universidade.

Vale ressaltar, que a pesquisa não se propõe a configurar um manual ou consolidar metodologias, objetiva-se difundir e contribuir para a otimização das práticas da descrição dos livros raros e especiais, consoantes às necessidades da EBAOR. Procura-se com o artigo, entender as normas específicas e a literatura especializada para que se

vislumbre o alcance de um formato ideal, ou próximo, de descrição bibliográfica desses acervos, evidenciando as suas características concernentes e as suas diferenças com os livros correntes e modernos.

Nesse contexto, estabelecida pela IFLA, devido à natureza e às necessidades dos acervos bibliográficos em questão, a International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian) - ISBD(A) foi organizada para consistir-se em um instrumento essencial para padronizar e ordenar a descrição dos itens bibliográficos raros e especiais.

A ISBD(A) é um padrão internacional de descrição para o intercâmbio de registros bibliográficos aplicado aos elementos encontrados nos livros antigos (International Federation Of Library Associations And Institutions, 2006). Consagrada pela Biblioteconomia de Livros Raros, possibilita a interoperabilidade entre os sistemas de recuperação bibliográfica, harmonizados com o modelo FRBR (requisitos funcionais para os registros bibliográficos). A utilização da ISBD(A) é recomendada pela Fundação Biblioteca Nacional e pela maioria das bibliotecas nacionais da Europa e da América Latina (Silva, 2018).

A ISBD(A) tem o propósito específico de transcrever de modo suficientemente preciso os livros antigos e raros, permitindo sua rápida identificação e a distinção entre as edições de uma mesma obra (Silva, 2018).

É imprescindível a consciência do catalogador com as distinções e peculiaridades dos elementos dos livros raros e especiais, que dada à ausência de uniformidade, considerando que as formas de sua representação, não são alcançadas pelas normas habitualmente utilizadas para o tratamento técnico de monografias, o Código de Catalogação Anglo-Americano 2 (CCAA2). Porém, nos campos necessários, sua consulta e regras devem ser seguidas, principalmente, para a uniformidade e determinação de pontos de acesso.

A segunda edição do CCAA2 foi publicada posteriormente à Reunião Internacional de Pesquisadores em Catalogação, ocorrida em 1969, que resultou na primeira International Standard Bibliographic Description (ISBD). Destaca-se, que as regras do CCAA2 possuem “uma estreita correlação entre os capítulos da Parte I e a ISBD correspondente” (Código..., 2004).

É importante reconhecer que a ISBD é amplamente adotada e fornece uma base sólida para a descrição bibliográfica. No entanto, é indispensável a atenção para algumas limitações, como: a incompletude quanto às normas de exemplares e na adaptação ao idioma e nas regras locais. As normas podem não fornecer orientações específicas sobre como lidar com todos os casos e até suas complexidades, sendo assim, o bibliotecário deve estar atento às flexibilidades necessárias, de acordo com a Biblioteconomia de Livros Raros e o bom senso.

No que se refere à descrição de obras raras e especiais, suas especificidades e materialidades interferem em todo o processo, desde a definição do nível de descrição à adoção da norma adequada, envolvendo a redação exaustiva dos dados e dos atributos do livro.

O detalhamento das informações pesquisadas e encontradas no livro e a sua padronização são relevantes para a consistência e confiabilidade do catálogo, com o propósito do aproveitamento total das possibilidades de recuperação, contribuindo para a produção do conhecimento. A descrição meticulosa se torna ainda mais útil para a busca por palavras-chaves na base de dados.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do artigo utilizou-se uma combinação entre as análises descritiva e explicativa, com a intenção de constituir o encadeamento necessários para a construção dos argumentos e tornar a relação de normas expostas pelo artigo de fácil compreensão.

A coleta de dados foi efetivada a partir de dois métodos diferentes que se complementam, inicialmente realizou-se o levantamento bibliográfico para a elaboração da fundamentação. Em seguida, seleção documental das normas de catalogação de livros raros e antigos a serem recomendadas, alicerçadas em fontes oficiais, como o sítio da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). O Guia de Serviço para Descrição Bibliográfica da Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBAOR) juntamente foi consultado.

A ISBD é o único padrão aberto e de livre acesso mantido pela IFLA que determina os elementos de dados a serem transcritos e registrados como base para a descrição do recurso que está sendo catalogado. Sua existência corresponde ao objetivo da IFLA de fornecer padrões e ferramentas acessíveis e abertos para todos os países e tipos de bibliotecas. (International Federation Of Library Associations And Institutions, 2021)

Vale esclarecer, que na época da finalização da dissertação e do guia, a segunda edição da ISBD consolidada era a mais atualizada. Tal edição foi publicada em 2011 e traduzida para o português em 2012 (International Federation Of Library Associations And Institutions, 2012), baseada na edição mais recente da ISBD(A), a ISBD específica para descrição de livros raros e especiais, de 2006. A edição da ISBD consolidada foi publicada em Portugal com autorização da IFLA.

Porém, em 2021, a IFLA elaborou a atualização da publicação de 2011. Desse modo, para o artigo, foi realizada uma revisão nas regras de descrição para livros antigos. Segundo a IFLA (2021), a “atualização foi necessária para esclarecer certas ambiguidades ou diferenciar conceitos, corrigir alguns erros tipográficos e outros detectados ao longo destes anos” e para a inclusão da descrição de manuscritos e mapas (International Federation Of Library Associations And Institutions, 2021).

É importante destacar que a edição consolidada da ISBD é composta por variadas tipologias documentais, assim, pressupõe-se “que o bibliotecário catalogador seja capaz de identificar aquelas que tratam especificamente do tipo documental em processo” (Silva, 2018).

Em comparação entre a versão portuguesa e a nova versão atualizada, no caso das regras citadas no presente artigo, poucas foram modificadas, algumas foram resumidas e em outros casos houve mudanças de número, como também, detalhamentos de informações em algumas regras. Registra-se que manteve-se a citação das regras traduzidas de 2012 e da ISBD(A), nos casos que não houverem mudanças significativas, devido a harmonização com o texto e os parágrafos do presente artigo.

Para as regras transcritas da edição portuguesa, justifica-se algumas diferenças de terminologia biblioteconômica em relação à praticada no Brasil. Deste modo, priorizou-se a transcrição das regras, para evitar possíveis interpretações errôneas das normas.

A exposição das características e das regras, no artigo, segue a ordem da ISBD, padrão para o intercâmbio de registro bibliográfico.

3 ABORDAGENS PARA A DESCRIÇÃO DE LIVROS RAROS E ESPECIAIS

“Se a catalogação de livros modernos pode gerar incertezas e problemas, o ordenamento complexo e a descrição detalhada de um livro raro” (PINHEIRO, 1990) soma adversidades, tanto na determinação de sua singularidade quanto nas descrições de certas características, em virtude das multiplicidades da apresentação dos elementos bibliográficos.

A primeira etapa do processo do registro bibliográfico de acervos de memória é a verificação da raridade e da importância da obra ou do item. Deve-se avaliar seu processo de fabricação, o contexto histórico, cultural e social de sua produção, sua importância quanto ao assunto publicado, marcas extrínsecas, entre outras informações arroladas em critérios de raridade.

A ISBD(A) declara as “monografias impressas até 1801, e [...] publicações posteriores editadas artesanalmente, ou por processo que perpetuam a tradição do livro artesanal” como raras, devido à materialidade (International Federation Of Library Associations And Institutions, 2006), na qual,

[...] cada fase de sua fabricação foi feita à mão - desde a criação do tipo e do papel usado para a composição e imposição do texto até a encadernação. Cada livro, embora produzido em séries de centenas de cópias, é um objeto único. Como artefatos, os livros são evidências históricas das indústrias de publicação, impressão [...]. Como tal, eles podem fornecer a confirmação de teorias sobre a história das comunidades e da sociedade em cada época. (Moriarty, 2004, tradução nossa)

Atualmente, a EBAOR segue os critérios de raridade que refletem sua missão institucional e sua importância histórica, juntamente aos que se encontram arrolados na “Política para gestão de acervos bibliográficos raros e especiais da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, elaborada pelo Comitê de Obras Raras e coleções especiais do SIBi-UFRJ, em que a autora compõe, de acordo com a literatura especializada e as discussões internacionais que a envolve.

Destaca-se alguns critérios entre os mais encontrados no acervo da EBAOR:

- publicadas até 1801 (International Federation Of Library Associations And Institutions, 2006);
- as, "notadamente", produzida artesanalmente (Pinheiro, 2012);
- as que "não [são] comum; incomum, extraordinário", "que não se vê com frequência, [...] escassa, [...] admirável" (Raro, 2020);
- as hipoteticamente reconhecidas como únicas, devido a "incerteza da existência de outros exemplares" (Pinheiro, 1989);
- as arroladas em bibliografias reconhecidas internacionalmente (Pinheiro, 1989);
- itens com marcas de propriedades de artistas, professores e ex-alunos da EBA;
- as que possuem temática notadamente importante para a área.

Como exposto anteriormente, os livros raros e especiais demandam tratamento específico e minucioso, devido às suas características singulares. Por consequência das imprescindibilidades na sua descrição, a próxima etapa é composta pela análise bibliográfica e a pesquisa bibliográfica.

Os múltiplos atributos dessas obras exigem fundamentos teóricos, que se baseiam na Bibliografia, a ciência responsável pela elaboração de repertórios de livros (Saldanha, 2016), inserida no universo da Bibliologia. Ciência geral do livro, difundida por Gabriel Peignot no início do século XIX, desenvolvida e dividida por Paul Otlet (1934) em métodos de estudo que abrangem os campos histórico, terminológico e técnico do livro.

Para realizar a descrição indicada para acervos raros e especiais, o catalogador deve examinar o livro como produto "tipográfico, editorial, textual e histórico" (Martín Abad, 2004, p. 17). Segundo Dunkin (1951, tradução nossa), o livro raro é a tônica de qualquer abordagem sobre ele. O livro raro pode ser estudado sob o aspecto de seu "conteúdo (o livro que se lê) e como continente (o livro que se vê), relevando respectivamente, a informação registrada e a informação material – aspectos indissociáveis" (Pinheiro, 2015).

Esses acervos testemunham a evolução editorial do livro.

[O] livro impresso mantém-se fortemente dependente do manuscrito até por volta de 1530, limitando-lhe a paginação, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considerando-se que ele deve ser acabado à mão: pela mão do iluminador que pinta iniciais com ornamentos ou histórias e miniaturas; a mão do corretor ou emendador, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos. (Chartier, 1999, p. 96)

O livro e os elementos que o compõem evoluíram e modificaram conforme o tempo e as técnicas utilizadas para sua produção. As variações da página de rosto, que no decorrer dos séculos tem seus elementos modificados, transitam por composições exacerbadamente ilustradas, com títulos prolixos e muitas informações. Diferentes tipos são incorporados, atribuindo mais particularidades aos livros impressos na época, “e até a inserção de linhas em tinta vermelha que, combinados com preto, criam um efeito notável” (Reyes Gómez, 2010, tradução nossa).

As marcas tipográficas são características frequentemente encontradas em livros artesanais. Propagadas no século XVI, as marcas tipográficas, os brasões e as vinhetas foram incluídas nas impressões bibliográficas com o advento da xilografia, concomitante com a evolução da imprensa. Esses emblemas, logos ou simplesmente marcas, eram normalmente inspiradas em clássicos da literatura ou estórias. “Geralmente esta marca era colocada após o colofão na última página, a menos que por falta de espaço movido para a página de rosto” (Rodríguez Valcárcel, 2006, tradução nossa).

Sua aparição sugere o simbolismo de serem colocadas como orgulho profissional e comercial, uma marca para distinguir as impressoras e aludir às guildas nos diferentes lugares que alcançassem suas impressões (Rodríguez Valcárcel, 2006). Embora houvesse a marca dos impressores, para de certa forma legitimar seu editor e produtor, era recorrente a falsificação dos dados da imprensa, para driblar a censura ou evitar a competitividade desleal do mercado livreiro. Há obras publicadas por mais de um impressor, que repetem o nome original, com a intenção de induzir ao erro no momento da venda, e conseqüentemente, para a sua descrição (REYES GÓMEZ, 2010).

Desse modo, a análise bibliográfica esquadrinha o livro não apenas para averiguar sua completude, mas igualmente, lhe permite apontar as diferenças entre edições não marcadas e/ou exemplares, reconhecendo “seus elementos, para descrevê-lo” (Pinheiro, 2012).

Por sua produção artesanal, frequentemente erros tipográficos eram encontrados nas impressões (Araújo, 2008). O sentido de integridade pode ter variada noção. Era comum na época a correção de erros tipográficos, detectados durante o trabalho de impressão, sem a menção desse acerto na obra, tornando essencial a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica auxilia o bibliotecário na descrição, esclarecendo as dúvidas quanto aos dados encontrados ou não no exemplar, é comum deparar-se com exemplares com a folha de rosto inexistente, originalmente ou não. O catalogador deve, ainda, ter atenção na diferença dos dados encontrados no exemplar e na obra. Para os dados da obra, a ISBD(A) recomenda a descrição perfeita, investigada na pesquisa bibliográfica.

Sempre que possível, uma descrição de uma cópia completa deve ser encontrada. Onde não existe cópia completa, uma descrição pode ser elaborada a partir de cópias imperfeitas se as imperfeições permitirem, e imperfeições e outras características peculiares relacionadas à cópia em mãos descritas na área [... de notas]. Neste caso, entende-se que a descrição elaborada pode não se aplicar a todos os exemplares de uma mesma edição, fascículo ou estado (ISBD, 2021, Regra A.2.1, tradução nossa).

“A pesquisa bibliográfica pode levar à identificação de exemplares disponíveis no mundo, à inferência de que o item em mãos era uma obra ‘desaparecida’, ‘desconhecida’, ‘inventada’ – até ser descoberta – ou revelar que é um item de suprema raridade” (Pinheiro, 2009).

Tais detalhes determinam as diferenças em relação à catalogação de livros antigos e à de acervos correntes. O bibliotecário deve estar ciente que o processo dessa catalogação “requer educação permanente e dinâmica” (Pinheiro, 2003).

Por tanto, além do uso das regras específicas, é imprescindível as metodologias fundamentadas e abrangidas pela Biblioteconomia de Obras Raras: História da Editoração e do Livro e das práticas de Coleccionismo; tornando assim, possível a arqueologia do livro pelo bibliotecário catalogador com a identificação dos aspectos necessários a serem registrados na descrição bibliográfica e de forma padronizada.

4 REGRAS PARA A DESCRIÇÃO DE LIVROS RAROS E ESPECIAIS

A normalização internacional para a descrição bibliográfica possui contribuições imprescindíveis, com o objetivo de melhorar a qualidade técnica da informação, de facilitar a sua interpretação e de torná-la mais acessível ao utilizador (Gonçalves, 1992).

O registro das informações documentais é a última etapa da descrição bibliográfica e baseando-se na ordenação da ISBD, essa inicia-se pelo título. “O primeiro título que aparece na página de rosto é o selecionado como o título principal, se houver mais de um

título, este é incluído sem inversão, separando-os por ponto, mesmo que a tipografia destaque o título secundário” (ISBD, 2012, Regra 1.1.4.1.1).

Segue-se a ordem e ortografia, “exceto as maiúsculas, que devem seguir a ortografia, só no início da frase ou em nomes próprios” (ISBD, 2012, Regra 1.1.5.1).

As normas pressupõem o detalhe, não se admitindo a omissão de qualquer elemento que possa, por exemplo, constituir um diferencial entre edições de uma época em que a página de rosto ainda não era padronizada. Assim, é importante sua transcrição sem abreviações (Dias, 1967, p. 35), mesmo que se configure em títulos extensos, uma vez que, “não há simplificação cabível no universo do livro raro” (Pinheiro, 2012). Na abreviação há risco na mudança de sentido, de perda de informação essencial ou de introdução de erros gramaticais, dependendo do idioma da obra (Martín Abad; Becedas Gonnzález; Lilao Franca, 2008, p. 77). O título transcrito em toda sua extensão ainda garante “a distinção de títulos assemelhados” (Pinheiro, 2012).

Quando cópias com um erro de impressão corrigido são conhecidas e ambas as variantes são descritas em um registro, a variante posterior é usada como base para a descrição, a versão correta pode ser adicionada, entre colchetes, sendo a correção precedida por ie (id est, significando “isto é”), ou seu equivalente em outro idioma e/ou escrita. As informações sobre o erro de impressão são fornecidas na área [... de notas] (ISBD, 2021, Regra A7, tradução nossa).

De acordo com as alternativas da ISBD, a EBAOR optou pela segunda, a correção em notas, visto que se avaliou futuras confusões e mal interpretações com ambas descrições no mesmo campo (ISBD, 2021, Regra A7, tradução nossa). Dessa forma, “os erros e abreviações são transcritos exatos no campo do título” (ISBD, 2012, Regra 1.1.5.1), com sua correção registrada ou expansão em notas.

É necessário a atenção com termos, abreviações, inscrições e expressões nos textos do título, principalmente em línguas clássicas. Múltiplas versões de publicações eram traduzidas para a língua culta da época, comumente, o latim. Ou apenas suas páginas de rosto, características recorrentes de obras raras.

Embora o latim seja um idioma considerado morto, sua disseminação no século XVI foi imprescindível para a circulação e divulgação de autores clássicos da Roma antiga, de relatos sobre grandes viagens e “para a compreensão de termos técnicos em diversas áreas do conhecimento, como zoologia, botânica, matemática, astronomia, entre outras”.

A expansão do conhecimento pelo mundo foi possível, pelo fato de o latim ter sido, no ocidente, a língua de cultura de diferentes povos (Silva; Moniz, 2019).

Um exemplo é a expressão “sive”, que significa “ou”, empregado nas obras como título alternativo. Nestes casos vale a regra A.7 (ISBD, 2012): “a primeira letra da primeira palavra de alguns elementos ou partes de elementos deve igualmente ser maiúscula (por ex., título paralelo, título alternativo, título da secção)”.

Sobre os textos em latim também se destaca a atenção às “convenções de transcrição para I e J e para U e V. Elas vão desde a transcrição exata das maiúsculas originais à conversão, na maior parte dos casos, do V em u. Uma agência de catalogação deve aplicar de maneira coerente o método de conversão que escolheu” (ISBD, 2012, Regra A.7). Desse modo, ficou acordado que na EBAOR mantém-se a transcrição exata com a conversão direta em nota.

A dificuldade do bibliotecário na transcrição e no registro do título amplia-se no momento da análise do texto e da sua interpretação, devido a grafias em escritas complexas, e caracteres com difícil leitura, com letras ornamentadas, erros e abreviaturas. Os caracteres da escrita gótica ou carolíngia são os mais comuns nos livros antigos (Silva, 2018).

Quanto às menções de responsabilidade, segue-se o mesmo padrão de norma para os títulos: dá-se preferência à transcrição de todos os nomes mencionados na obra, na ordem e na forma em que aparecem (ISBD, 2012, Regra 1.4.5.3).

Informações frequentemente encontradas na área de título e responsabilidade são as dedicatórias e premiações. Dessa forma, é importante ressaltar que “são excluídas [das descrições] as invocações piedosas, divisas, peças preliminares, incluindo epigramas e dedicatórias, exceto quando constituem o único título ou fazem parte do título próprio [...]” (ISBD, 2021, Regra 1.1.5.1.1, tradução nossa). Porém, a informação sobre premiação recebida pela publicação, é registrada em nota (Library of Congress, 2007).

À semelhança de todas as informações que se encontram na obra e no exemplar, as informações da imprensa também devem ser registradas da forma como se encontra na obra, por extenso e sem abreviações. Porém, diferentemente da área de título e responsabilidade, na imprensa inclui-se todas as expressões associadas (ISBD, 2021, Regra 4.1.8, tradução nossa). Quando há dois ou mais lugares de publicação, registram-se todos na sequência em que figuram na fonte prescrita (ISBD, 2021, Regra 4.1.3, tradução

nossa). “Se for considerado necessário para identificação, é dada, entre colchetes, uma versão alternativa, ou corrigida, do nome do lugar”, pois geralmente o nome era grafado em latim ou na forma antiga do nome das cidades (ISBD, 2012, Regra 4.1.10). “A abreviação ie é usada para correções” (ISBD, 2021, 4.1.10, tradução nossa).

“As datas de publicação, produção, distribuição, impressão, etc., são transcritas conforme aparecem no recurso, incluindo dia e mês, se houver. Palavras e frases que estão gramaticalmente ligadas à data, como anno e print in the year, são transcritas como parte do elemento” (ISBD, 2021, Regra 4.3.4, tradução nossa).

As datas do calendário gregoriano são dadas em algarismos arábicos. As datas que não pertencem ao calendário gregoriano são fornecidas conforme aparecem no recurso com a data equivalente do calendário gregoriano adicionada entre colchetes quando pode ser estabelecida. [...] As datas indicadas em algarismos romanos são transcritas conforme aparecem, omitindo os espaços internos (ISBD, 2021, Regra 4.3.4, tradução nossa).

“Quando datas em diferentes calendários aparecem em um recurso, todas as datas são fornecidas, separadas por um espaço, sinal de igual, espaço” (ISBD, 2021, Regra 4.3.4, tradução nossa).

Como exemplo, o calendário revolucionário francês ou calendário republicano (calendrier républicain français), iniciado em 1792 durante a Revolução Francesa e destituído em 1805, por Napoleão Bonaparte (Tórtima, 2012): ano I = 1792, para obras que possuem as duas datas e ano I [1792], para obras que possuem apenas a primeira data.

Para a descrição física, é necessária maior atenção para a “descrição completa e perfeita”, “como publicou o editor”, como recomendado pela ISBD. Os defeitos e/ou incompletudes são registrados em nota. É importante levar em conta a possibilidade de alterações ou variantes entre exemplares ou edições; informações constatadas pela análise do item em mãos e pela pesquisa bibliográfica.

A ISBD indica descrever as diferentes numerações (sequências) que a obra apresenta (arábicas, romanas...), em letras minúsculas. Os algarismos são registrados de acordo como se encontram na obra. Alerta para as diferenças: páginas e folhas, e das obras numeradas por colunas. (ISBD, 2012, Regra 5.1.4.1.3). Páginas impressas erradas, dá-se explicação em nota (ISBD, 2012, Regra 5.1.4.1.4).

A palavra prancha representa a madeira ou a prancha de metal onde gravam as letras e as figuras com o buril, dessa forma é comum encontrar a palavra como descrição física nas catalogações de bibliotecas estadunidenses e europeias, para a contagem da ilustração extratextual. No Brasil, ela possui como sinônimo a palavra estampa e lâmina.

A lâmina é a dimensão da folha usada na impressão, considerando frente e verso. O CCAA2 (2004) considera a lâmina como “folha que contém material ilustrativo (estampas, mapas...), com ou sem texto explicativo, que não se enquadra na sequência - nem preliminar, nem principal - das páginas ou folhas”. A norma recomenda

registrar o número de folhas ou páginas de lâminas no final da(s) sequência(s), quer as lâminas se encontrem juntas ou distribuídas pela publicação, ou mesmo quando haja uma única lâmina, caso as lâminas não estejam numeradas, contabilizá-las e registrar entre colchetes. Registre-se o tipo de distribuição das lâminas na obra (exemplo: intercalada com o texto). As características com cor são dadas conforme apropriado: até 3 cores são registradas (ISBD, 2021, Regra 5.2.4.2, tradução nossa).

Embora o ISBD(A) recomende o uso da mensura numa designação normalizada (“in”), no Brasil, adota-se a dimensão por “cm”, para facilitar o entendimento do usuário, legitimado pelo AACR2. Devido à diversidade no tamanho dos livros desse acervo, registra-se a dimensão das medidas de altura e largura.

Para finalizar a descrição bibliográfica, as notas, tal como, a descrição física, registram as características tanto da obra quanto do exemplar e devem ser observadas de modo que a descrição alcance sua completude, fundamentados na análise bibliológica e na pesquisa bibliográfica. Segue-se os princípios bibliográficos fundamentais para a descrição de Otlet (1934, tradução nossa): “informações suficientes para a identificação do item”; “informações suficientes sobre o item, nas fontes bibliográficas”; “informações suficientes sobre o item em mãos”.

Como observado, “as notas qualificam e ampliam a descrição das outras zonas” (título, responsabilidade, edição, imprensa e descrição física). Ademais, as “notas contém qualquer informação descritiva que não tenha sido dada nas outras zonas de descrição” (ISBD, 2012, 7). “Cada nota apontada na descrição deve atender a um objetivo – justificar uma entrada secundária ou favorecer a pesquisa por palavras-chave e a compilação de índices específicos” (Pinheiro, 2012).

Se a indicação de pontos de acesso requer a adequação de nomes, expressões e terminologias à historicidade do livro raro, a descrição bibliográfica pressupõe a formatação cuidadosa e generosa de informações de modo a referenciar o item em mãos como um “exemplar perfeito” ou “completo”, evidenciando acréscimos e subtrações resultantes da ação do homem, do tempo, do bicho (Pinheiro, 2012).

Assim, como em toda a catalogação, o registro em notas da descrição deve ser padronizado para a eficácia da recuperação da informação. O texto e as terminologias utilizadas para as notas explicativas e a maioria das notas descritivas das marcas tipográficas e das notas de defeitos e incompletudes, estão arroladas de acordo com as recomendações da ISBD.

Para as notas descritivas de marcas de proveniência, assim como, outros casos não encontrados nas normalizações de catalogação, decidiu-se em conformidade com a literatura concernente a Biblioteconomia de Livros Raros, o uso de “terminologia específica, amplamente dicionarizada e referenciada” (Pinheiro, 2012). Os termos decididos para o uso na EBAOR foram arrolados no Guia, com “caráter mnemônico”, mantendo “uma estrutura uniforme e constante, de modo que o leitor, em curto tempo, apreenda o discurso e assimile os modos de busca” (Pinheiro, 2012).

Exemplos encontrados no acervo da EBAOR, a serem verificados na análise bibliográfica, de acordo com a tabela elaborada por Pinheiro (2012):

- tipos de caracteres usados no texto (góticos, romanos, aldinos e carolíngios);
- elementos tipográficos encontrados na mancha gráfica (título corrente, colunas e reclamo);
- arranjo do texto (sobreposto, em corandel, em fundo de lâmpada, em copo de médicos, em triângulo espanhol); e
- signos tipográfico-bibliológicos (parágrafo, positura, manchete, cruz de malta, cruz, adaga e asterisco), entre outros.

As normas de catalogação sempre recomendam acrescentar ao final da nota, entre parênteses, a localização na obra de cada característica tipográfica registrada.

As ilustrações e as ornamentações são também descritas nas notas. Os elementos decorativos encontrados frequentemente em obras raras e especiais são as vinhetas, os cabeções, as capitulares (historiadas, ornamentadas ou guia de capitais), a cercadura, os florões, marcas tipográficas/editorial e heráldicas. É importante, sempre que possível, a

definição da técnica utilizada na gravação desses elementos: água-forte, buril, xilogravura, litogravura (se todas as gravações forem iguais, descrever no início da nota sem repetição), aquarelas ou iluminuras; principalmente para bibliotecas especializadas em Artes, como a EBAOR.

“Os livros com gravuras demandam por inspeção especial das remissões no texto e do título das pranchas, conferindo a ocorrência de testemunhos identificando a técnica de ilustração” (Pinheiro, 2012). O testemunho é o termo utilizado nas artes gráficas para a marca da impressão, um “rebaixamento dos bordos de uma estampa, causado pela matriz quando calcada contra a folha de papel durante a impressão” (Grande Enciclopédia Delta Larousse, 1970 apud Pinheiro, 1995).

Edições fac-similares eram comuns na época, e requerem atenção do catalogador, “uma vez que, normalmente a obra possui duas páginas de rosto ou a página de rosto da primeira edição e as informações da edição fac-similar dada no colofão” (ISBD(A), 2006, Regra 0.3.2). É necessário, ainda, a “nota de versão original”, na qual registra-se os detalhes relevantes da publicação original que diferem das informações da obra catalogada (ISBD, 2012, 7.2.3). A edição fac-similar “reproduz a edição original exatamente, quer no texto quer nas ilustrações” (Faria; Pericão, 2008, p. 267).

Igualmente as características que comprovam a individualidade da obra e do exemplar, as notas registram a comprovação de raridade e importância referida nas fontes de pesquisa. Neste caso, não há padrão para o texto, e sim, necessidade de bom senso do bibliotecário. A nota consta de um breve resumo ou citações sobre a obra que demonstre a sua relevância histórica e/ou sobre o assunto abordado. O assunto de uma obra é tão importante para a constatação de sua raridade quanto sua produção, porém, “no Brasil, as obras raras são superestimadas enquanto objetos de compra ou de beleza estética, deixando-se de lado a importância do seu conteúdo” (Silva, Moniz, 2019).

Uma nota de referência bibliográfica “contém uma citação, fornecida de forma padrão e abreviada, para uma descrição do recurso em uma lista que descreve recursos monográficos ou manuscritos mais antigos. A nota pode conter mais de uma citação” (ISBD, 2021, Regra 7.11.2, tradução nossa). Este formato, caso o título seja amplamente conhecido, pode ser citado apenas pela palavra-chave do título, mesmo que seja inserido sob um nome pessoal (Library of Congress, 2007), como Brunet, Graesse e outros. Esse formato de citação será normalmente utilizado para indicar a fonte consultada.

As notas das marcas de proveniência, comercial, de intervenção e a representação da encadernação são categoricamente do exemplar. As marcas devem ser registradas em ordem cronológica, caso não haja data, na ordem em que se encontra no exemplar (Pinheiro, 2012). Tal como, as ornamentações, as marcas do exemplar são registradas junto à sua localização na obra, entre parênteses.

As marcas de proveniência são: os ex-libris, ex-donos e super-libris (manuscrito, gravado ou impresso); carimbos (molhado, seco, relevo); autógrafos (assinaturas e pequenos textos), optou-se pela terminologia “autógrafo” para não haver confusão com o termo tipográfico “assinatura”; dedicatórias (manuscritas) e anotações (estudo, correção, desenho) (Freire, 2013; Pinheiro, 2012).

Na literatura indica-se transcrever as marcas por completo, e em caso de dúvidas e incompreensibilidade, descrever o que se entendeu entre aspas e com o ponto de interrogação. Se não for possível a interpretação, colocar a expressão “ilegível” (Pinheiro, 2012).

Exemplos de marcas comerciais são: etiquetas e selos (gravados ou impressos) e marca d'água: “marca visível na transparência dos papéis, obtida por meio de um desenho qualquer feito de arame de boa qualidade colocado sobre a rede do molde na fabricação do papel” (Mcmurtrie, [19-?], p. 86 apud Pinheiro, 1995).

Essas marcas acrescem como um registro importante para compor as informações do histórico e do desenvolvimento do acervo. As marcas biblioteconômicas registram a história e o caminho do exemplar na instituição.

As notas de encadernação requerem do bibliotecário pesquisa e breve conhecimento sobre estilos e tipologias, visto que, são descritos com os termos consagrados na literatura (Pinheiro, 2012) (ISBD, 2012, Regra 7.8.2). Vale enfatizar que o registro do estilo da encadernação deve ser realizado sob total certeza.

Caso haja dúvida sobre termos e marcas, consultar glossários e a literatura pertinente.

À luz dessas observações, é indubitável a importância de individualizar e de preservar a informação do exemplar e da edição de uma obra por meio da catalogação esmiuçada, registrando as suas particularidades e as suas deficiências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição bibliográfica de livros raros e especiais vai além da representação de suas informações. O exame completo do exemplar a ser descrito e a pesquisa bibliográfica são necessárias para fornecer um registro detalhado e analítico das características de um livro, demandando por tratamento técnico diferenciado essencial para tornar o catálogo uma fonte confiável e fundamental para os possíveis usuários (Pedraza Gracia, 2005).

Normalmente, a elaboração da estrutura do registro informacional é realizada de forma simples, com carência de informação, principalmente dos documentos de memória. Assim, é imprescindível a conscientização dos gestores sobre a prática e a padronização inerentes à descrição de documentos que compõem esses acervos, considerando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de bases de dados. De modo, a tornar os sistemas de informação, tanto dos livros correntes quanto das coleções de memória, um ambiente coeso e comunicativo, proporcionando ao pesquisador eficácia na recuperação de documentos.

Para tanto, este artigo apresentou algumas características dos livros raros e especiais, as dificuldades e as necessidades que envolvem seu tratamento, alicerçando-se na literatura e em normas específicas. Essas particularidades tornam indispensável a interação do catalogador com as inúmeras abordagens que os elementos que compõem o livro raros podem oferecer. As singularidades e as diversidades de sua apresentação devem ser descritas, à medida que se aplicam metodologias específicas definidas em diretrizes internacionais.

Dessa forma, o catálogo além do acesso amplo e o controle da produção documental, torna-se testemunho da história e da memória do livro e da prática aplicada nas bibliotecas, ainda que haja perdas. O catálogo é imprescindível para toda e qualquer pesquisa e ajuda a prevenir a diagnosticar desvios e perdas, pois consolida aquilo que a biblioteca possui.

Ressalta-se que, além de não esgotar as possibilidades da descrição de livros raros e especiais, não se exaure as regras específicas. Propõe-se com o artigo evidenciar a importância do tratamento específico desses acervos, como um testemunho do nível de processamento técnico possível que pode ser alcançado pelas bibliotecas que os salvaguardam. Na qual, os bibliotecários possam identificar elementos e regras ainda não

utilizadas em suas bibliotecas. Em síntese, visa-se criar precedentes de abordagem para viabilizar e ampliar resultados e benefícios aos usuários.

A experiência relatada constitui em uma apresentação e reflexão sobre a importância do trabalho especializado e minucioso do bibliotecário de obras raras e especiais, tendo em vista a situação atual em que se encontra o processamento técnico na EBAOR. O incentivo a pesquisa na área tende a fortalecê-la.

As coleções de memória institucional e histórica, fisicamente e informacionalmente, devem ser disseminadas e, não apenas preservadas, visto que, sem tratamento adequado, essas coleções especiais permanecerão desconhecidas. É fundamental que se dê visibilidade e valor a esses acervos a à sua identidade, assim, espera-se que seus gestores possam assimilar a tendência e implantar políticas e ações especializadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. 2. ed. atual. e rev. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2.ed. rev. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004

DUNKIN, Paul S. **How to catalog a rare book**. Chicago: ALA, 1951.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)**: edição consolidada. Trad. e rev. técnica de Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **International Standard Bibliographic Description**: consolidated edition. 2021. Disponível em: <https://www.ifla.org/news/release-of-the-2021-update-to-the-2011-consolidated-edition-of-the-isbd/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **ISBD(A)**: International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian). 2 ed. revisada. 2006. Disponível em: Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/isbda.htm>. 20 mar. 2023.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

GONÇALVES, João. Automatização e livro antigo na Biblioteca Nacional. *In*: PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. V Centenário do livro impresso em Portugal 1487-1987. Lisboa:

Biblioteca Nacional, 1992. Originalmente apresentado nas atas do Colóquio sobre o livro antigo, Lisboa, 1988.

LIBRARY OF CONGRESS (USA). **MARC 21 Bibliographic**. Washington, DC, 2007. Disponível em: <http://www.loc.gov/marc/bibliographic/bdintro.html>. Acesso em: 4 abr. 2023.

MARTÍN ABAD, Julián. **Los libros impresos antiguos**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 2004.

MARTÍN ABAD, Julián; BECEDAS GONNzáLEZ, Margarita; LILAO FRANCA, Óscar. **La descripción de impresos antiguos**: análisis y aplicación de la ISBD(A). Madrid: Arco Libros, 2008.

MORIARTY, Kate Simpson. **Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books) and its predecessors**: a history of rare book cataloging practice in the United States. Dissertação (Biblioteconomia) – Escola de Informação e Biblioteconomia, Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill, 2004. Disponível em: <https://cdr.lib.unc.edu/indexablecontent/uuid:71cedba2-f555-49fc-bc45-0bf5344b58fe>. Acesso em: 5 mar. 2023.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José. **Bibliología (ciencia del libro) y ciencias de la documentación**. Scire, Zaragoza, v. 11, n. 1, p. 27-46, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/1506/1484>. Acesso em: 26 mar. 2023.

PINHEIRO, Ana Virginia. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais, para difusão, recuperação e salvaguarda. In: ENACAT: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1, 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eepc/3eepc/paper/viewFile/316/309>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PINHEIRO, Ana Virginia. **Glossário de Documentação e Codicologia**. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 115, p.123-213, 1995. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). **Acervos especiais**: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015b. p. 33-44. (Coleção Memória da Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, n. 3). Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/Apoi oaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2023.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro Raro: antecedentes, propósitos e definições. In: Silva, Helen de Castro; Barros, Maria Helena T. C. de (org.). **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro Raro e sustentável. **Revista Museu**, maio, 2015. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2015/3098-livro-raro-e-sustentavel.html>. Acesso em: 2 abr. 2023.

PINHEIRO, Ana Virginia. Metodologia para inventário de acervo antigo. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 123, p. 9-31, 2003. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/ARTIGOS/inventarioacervoantigoanavirginia.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

PINHEIRO, Ana Virginia. **Que é livro raro?**: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença; Brasília, DF: INL, 1989.

RARO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/raro>. Acesso em: 02 abr. 2023.

REYES GÓMEZ, F. **La estructura formal del libro antiguo español**. Paratesto, Madrid, n. 7, p. 9-59, 2010.

RODRÍGUEZ VALCÁRCEL, José Antonio. Escudos e marcas tipográficas de editoras científicas do século XX. **Investig. bibl.**, v. 20, n.40, Ciudad de México, jan.-jun. 2006. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-358X2006000100003&script=sci_abstract. Acesso em: 02 abr. 2023.

SALDANHA, Gustavo Silva. A grande bibliologia: notas epistemológico-históricas sobre a ciência da organização dos saberes. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 195-207, maio/ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/dy4FBwNgTXSjdnQfvMNVws/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2023.

SILVA, Lucia Pestana; MONIZ, Fábio Frohwein de Salles. A construção de um glossário de topônimos latinos no Brasil. **Revista de estudos clássicos e tradutórios**, v.7, n.1, Juiz de Fora: UFJF, p. 109-118, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/USER_ADM/Downloads/23283-Texto%20do%20Artigo-112007-1-10-20191005.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

SILVA, Wanessa Oliveira da. **Proposta para entrada de dados da catalogação de livros antigos na Base Minerva do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12698>. Acesso em: 9 abr. 2023.

TÓRTIMA, Pedro. Ventos de uma revolução e ideias sobre crime e punição. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, maio-agos. 2012, p. 254-283. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v4n2a42012.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Recebido em: 08 de maio de 2023
Aprovado em: 07 de outubro de 2023
Publicado em: 19 de dezembro de 2023